

**FUCAPE WORKING PAPERS**

**Escolhas lingüísticas, custos políticos e gerenciamento da imagem corporativa: o caso da Aracruz Celulose S. A.**

Jusmeire Fieni Ribeiro (FUCAPE Business School)  
Marcelo Sanches Pagliarussi (FUCAPE Business School)  
Annor da Silva Júnior (FUCAPE Business School)  
Alfredo Rodrigues Leite da Silva (FUCAPE Business School)

No. 07/ (Dezembro) 2008

## **Escolhas Lingüísticas, Custos Políticos e Gerenciamento da Imagem Corporativa: O Caso da Aracruz Celulose S. A.**

Jusmeire Fieni Ribeiro<sup>1</sup> (FUCAPE<sup>2</sup>)

Marcelo Sanches Pagliarussi<sup>3</sup> (FUCAPE)

Annor da Silva Júnior<sup>4</sup> (FUCAPE)

Alfredo Rodrigues Leite da Silva<sup>5</sup> (FUCAPE)

### **Resumo**

O presente trabalho discute um caminho para investigar a qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos que reconheça as implicações dos custos políticos nessa qualidade. Para confrontar as contribuições das articulações teóricas com dados empíricos adotou-se a perspectiva teórico-metodológica da Gramática Funcional para investigar as mensagens da administração e os sumários executivos contidos nas seções narrativas dos relatórios anuais da Aracruz Celulose, de 1998 a 2006. O foco da análise foi a interpretação das funções sintático-semânticas, sob a perspectiva da Gramática Funcional, utilizadas na construção de sentido destes documentos. A escolha da empresa foi motivada pelo seu histórico de ganhos elevados e adoção por políticas voluntárias de divulgação financeira, além de custos políticos elevados relacionados a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas. Em torno do objetivo proposto, as articulações teóricas levaram a pressupostos convergentes com as evidências empíricas obtidas: os dados indicam a tentativa de empresa em priorizar e enfatizar sua identidade institucional ao intensificar, circunstanciar e reforçar suas atitudes, do que, apenas informar as suas realizações ou seus planos. A despeito do gerenciamento da imagem da empresa, no eixo temático das mensagens relacionadas aos conflitos com as comunidades indígenas, foi notória a intenção de expor o seu ponto de vista institucional, impondo ao leitor, seu modo particular de perceber os fatos, deixando de lado a neutralidade desejável no compromisso informacional dos relatórios anuais.

Palavras-chave: Qualidade do disclosure, Custos políticos, Análise textual, Gramática funcional.

### **Abstract**

In this work we introduce a procedure to investigate disclosure quality in the context of accounting narratives presented in the corporate annual reports. The procedure incorporates

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Contábeis da Fucape Business School. E-mail: [jusmeire@oi.com.br](mailto:jusmeire@oi.com.br)

<sup>2</sup> FUCAPE Business School, Av. Fernando Ferrari, no1358 - Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-010, <http://www.fucape.br>

<sup>3</sup> Professor Assistente da Fucape Business School. E-mail: [marcelo@fucape.br](mailto:marcelo@fucape.br)

<sup>4</sup> Professor Assistente da Fucape Business School. E-mail: [annorsj@fucape.br](mailto:annorsj@fucape.br)

<sup>5</sup> Professor Associado da Fucape Business School. E-mail: [alfredosilva@fucape.br](mailto:alfredosilva@fucape.br)

the implications of political costs to the quality of information presented in the annual reports. We confronted the theoretical propositions that were built upon the functional grammar, a systemic theory developed by Halliday (1976, 1978, 1985a, 1985b) with empirical data collected from the Aracruz Celulose's S.A. annual reports from 1998 to 2006. The analysis was centered on the interpretation of both syntactic and semantic functions that were used to favor particular ways of sense making when one is reading the annual reports. Aracruz Celulose was chosen due to a combination of enduring high performance and assumed high levels of political costs resulting both from environmental issues and from conflicts with native communities. The theoretical propositions were observed to be convergent with empirical evidences, in which the results suggest that the company predominantly attempts to give emphasis to its institutional identity by means of intensification, circumstantiation and reinforcements of its realizations. With respect to image management, we observed a clear intention of favor its institutional perspective, since the presentation of themes related to conflicts with native communities were presented in a way that imposes to the reader the company's particular way of appraise the facts. This behavior is not congruent with a neutral presentation of information in annual reports.

Key words: Disclosure quality, Political costs, Textual analysis, Functional Grammar

## 1 - Introdução

O presente estudo discute um caminho para investigar a qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos que reconheça as implicações dos custos políticos nessa qualidade. Adotou-se a perspectiva teórico-metodológica da Gramática Funcional para investigar as mensagens da administração e os sumários executivos contidos nas seções narrativas dos relatórios anuais da Aracruz Celulose, de 1998 a 2006. Os elementos lingüísticos foram analisados a partir das proposições de Halliday e Matthiessen (2004), com o objetivo de confrontar empiricamente os pressupostos oriundos da articulação teórica em torno da discussão sobre como as empresas articulam seu discurso, utilizando os aspectos que compõem o caráter pragmático da linguagem, para favorecer determinadas linhas de construção de sentido.

A escolha de determinada linha de construção de sentido nas seções narrativas dos relatórios é assumida neste artigo como uma resposta aos custos políticos, ou seja, ao nível de monitoramento imposto à empresa pelos órgãos públicos reguladores, pelos meios de comunicação, e por outras entidades civis pertinentes, como associações de classe e organizações não governamentais, entre outros. Neste estudo parte-se do pressuposto que uma combinação de elevado desempenho e custos políticos fará com que a empresa adote procedimentos para atenuar os danos a sua imagem, o que inclui as escolhas lingüísticas em suas seções narrativas.

Tal pressuposto surgiu a partir de articulações teóricas em torno da lógica da justificativa de desempenho, comumente adotada em estudos que envolvem o gerenciamento da imagem corporativa em contextos de desempenho adverso (AERTS, 2001, 2005). O confronto dos estudos de autores como Bettman e Weiz (1983), Staw, Mckechnie e Puffer (1983), Clapham e Schwenk (1991), Aerts (1994, 2001, 2005), Tsang (2002) e Clatworthy e Jones (2003) revelam o uso de determinados padrões de atribuição de causalidade oportunistas que convergem para o pressuposto assumido neste artigo. Os autores evidenciam que as empresas com desempenho adverso utilizam padrões de atribuição de causalidade nas justificativas de desempenho que permitem distanciar a imagem da empresa e dos seus dirigentes do resultado abaixo do esperado.

No caso do contexto de bom desempenho associado a elevados custos políticos, argumenta-se no presente estudo que as empresas irão utilizar os elementos lingüísticos com o fim de favorecer a interpretação do que é apresentado de forma favorável à imagem da empresa. A argumentação é baseada nos trabalhos já mencionados de Halliday e Matthiesen (2004), Thomas (1997), Hyland (1998), Watts e Zimmerman (1978, 1996 e 1990), Aerts (1994) e Jameson (2000).

O presente estudo envolve a análise da qualidade do *disclosure* efetuado nos relatórios anuais corporativos, um tema que tem sido extensivamente pesquisado em outros países, notadamente da Europa e Oceania, com resultados muitas vezes contraditórios e intrigantes. O Brasil, com um contexto institucional caracterizado pela fraca proteção aos direitos de propriedade dos acionistas minoritários, elevada concentração acionária e mercado ineficiente do ponto de vista informacional, oferece condições interessantes para a replicação de estudos empíricos realizados em outros países.

Admite-se no presente trabalho a perspectiva de que a incorporação do contexto institucional na análise de como as informações contábeis são produzidas e utilizadas é o que distingue a pesquisa contábil de outras ciências correlatas, como a Economia (BALL e FOSTER, 1982). Assim, a replicação de estudos realizados em outros países, marcados por um contexto institucional diverso do apresentado no Brasil, contribuirá para o entendimento do papel dos aspectos institucionais na prática contábil.

Propõe-se neste estudo a ampliação da discussão teórica e empírica dos custos políticos em várias dimensões. Primeiramente, entendemos que as proposições iniciais de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990) devem ser estendidas no sentido de incorporar aspectos relativos a impactos ambientais e exploração de trabalhadores, entre outros. Estes aspectos podem ter um impacto negativo considerável na imagem pública de uma empresa, principalmente se forem potencializados por um contexto de lucros muito elevados.

Adicionalmente, entendemos que a exploração de outras dimensões na análise dos custos políticos pode ajudar a superar as dificuldades operacionais associadas ao uso de

*proxies* relacionadas ao tamanho da firma. Procurou-se aprofundar a discussão sobre a intensidade e o tipo de custos políticos incorridos pela empresa escolhida, com o objetivo de compreender melhor tais custos, além de trazê-los para a discussão do *disclosure* voluntário.

Finalmente, argumentamos que o contexto em que os relatórios anuais são produzidos e utilizados reforça a importância dos aspectos comunicativos na análise da qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos referidos relatórios.

O caminho sugerido para a investigação dos aspectos relacionados aos custos políticos nos relatórios anuais corporativos passa pela incorporação da perspectiva da gramática funcional. A proposta foi aplicada na análise das seções narrativas apresentadas nos relatórios anuais da Aracruz Celulose, de 1998 a 2006. A escolha da empresa foi motivada pelo seu histórico de ganhos elevados e adoção de políticas voluntárias de divulgação financeira, além de seus custos políticos potencialmente elevados devido a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas. Os documentos analisados consistem nas mensagens da administração e nos sumários executivos apresentados nos relatórios anuais de 1998 a 2006.

O foco da análise foi a interpretação das funções sintático-semânticas utilizadas na construção de sentido destes documentos. A escolha pelo arcabouço teórico da gramática funcional buscou contribuir para o entendimento do papel da Contabilidade como linguagem estratégica de comunicação corporativa, na ‘construção de sentido’ da realidade da empresa e na formação das expectativas de seus agentes econômicos.

Para alcançar o objetivo proposto inicialmente se discute a regulamentação do *disclosure* nos relatórios anuais corporativos, em seguida apresenta como alternativa o uso da análise textual

## **2 – A regulamentação do *disclosure* nos relatórios anuais corporativos**

Em 1994, o *Special Committee on Financial Report* do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) publicou um relatório, conhecido como *Jenkins Report*, que teve como motivação a melhoria do processo de divulgação dos resultados operacionais, financeiros e não financeiros das empresas de capital aberto. No relatório, é proposto um modelo de divulgação de resultados voltado para as necessidades dos usuários dessas informações. O AICPA destacava que a divulgação dos resultados das operações das empresas deveria ser acompanhada de mais informações voltadas para o futuro, incluindo os planos da administração, as oportunidades, os riscos e as incertezas (AICPA, 1994).

O relatório *Jenkins* apresentava recomendações para o desenvolvimento de padrões de *disclosure* de informações não financeiras com o intuito de assegurar divulgações neutras e não enviesadas, uma maneira de lidar com a possibilidade das empresas

buscarem se apresentar aos atuais e potenciais investidores da forma mais favorável do que as informações financeiras permitiriam (AICPA, 1994). Ao mesmo tempo, o relatório destaca que a existência de tais padrões pode facilitar a comparabilidade das informações entre empresas, aspecto fundamental para as decisões de alocação de recursos por parte dos investidores (AICPA, 1994).

Posteriormente, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) patrocinou um conjunto de esforços de pesquisa para caracterizar os tipos de informações divulgadas voluntariamente pelas empresas (BEATTIE, MCINNES, FEARNLEY, 2004). Os relatórios produzidos por tais iniciativas destacam que a importância da divulgação voluntária de informações tende a crescer devido ao ritmo rápido de mudanças que ocorrem no ambiente corporativo (FASB, 2001a). Informações sobre como a administração vê os fatores críticos para o sucesso da firma e as tendências que envolvem tais fatores são especialmente úteis para os investidores (FASB, 2001a). Observa-se a recomendação de que o *disclosure* voluntário deve conter não apenas as boas notícias, mas também os desapontamentos e a comparação entre os objetivos e metas divulgados anteriormente e a discussão sobre o alcance dos mesmos (FASB, 2001a).

Apesar de uma série de regulamentações ter sido proposta nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália a respeito do *disclosure* de informações sobre as ações gerenciais das empresas (BEATTIE *et al.*, 2004), entende-se que tais informações não financeiras são idiossincráticas a cada indústria, talvez a cada firma (FASB, 2001b). Isto dificulta a definição de normas contábeis detalhadas para estes tipos de *disclosure*.

Os Estados Unidos são o país que tem a regulação mais formal a respeito do *disclosure* de informações não financeiras nos relatórios anuais corporativos. A seção do relatório anual intitulada *Management Discussion and Analysis* (MD&A), que as empresas norte-americanas de capital aberto têm que preencher, tem como objetivo oferecer explicações narrativas às demonstrações contábeis. É do entendimento da *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos que as explicações narrativas devem contextualizar as demonstrações contábeis, pois a apresentação dos números, acompanhados de notas explicativas, pode não ser suficiente para um investidor que precisa julgar a qualidade do lucro e a probabilidade de que o desempenho passado seja indicativo do desempenho futuro (SEC, 1987).

Para atender a tal objetivo, a SEC estabelece um conjunto de itens de informação que deve ser apresentado no MD&A de modo permitir que os investidores possam avaliar a empresa como se estivessem na posição do gestor (SEC, 2002). A administração da empresa deve fornecer informações a respeito da liquidez, do uso de recursos de capital e dos resultados das operações (SEC, 2002). Adicionalmente, informações prospectivas

devem ser oferecidas a respeito de tendências, eventos e incertezas que tenham potencial de afetar materialmente o desempenho futuro da empresa (SEC, 2002).

Para investigar como essa construção textual é realizada, bem como os limites a serem adotados nessa construção, cabe buscar uma metodologia que permita lidar com a complexidade da construção textual em relação à objetividade dos números contábeis. Nesse sentido, autores como Thomas (1997) e Hyland (1998) destacam as contribuições da gramática funcional desenvolvida por Halliday (1976, 1978), abordagem adotada neste artigo.

## **2 – As escolhas lingüísticas e a Gramática Funcional**

A gramática funcional desenvolvida por Halliday (1976, 1978) assenta seus construtos numa base sistêmica e paradigmática, na qual o enunciado faz parte de escolhas conscientes do autor do texto. Entretanto, tais escolhas não são feitas em tempo real, mas dentro de um conjunto de alternativas possíveis para compor um propósito específico e com elas produzir um significado (HALLIDAY, 1976, 1978). Dessa maneira, cada escolha realizada tem uma função discursiva, ou seja, o locutor tem uma intenção comunicativa que o motiva a construir determinado significado, escolhendo uma estrutura gramatical específica em uma lista de escolhas possíveis (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A gramática funcional tem como principal eixo de análise os itens multifuncionais do texto que podem ser utilizados na construção de sentido. Assim, cada elemento do texto é interpretado desempenhando uma função em relação ao todo. A partir dessa premissa, a gramática funcional propõe uma linguagem funcionalmente organizada mediante três metafunções: ideacional, interpessoal e textual, configuradas em um sistema de transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Neste sistema constituído por processos, participantes e circunstâncias, as ações e atividades humanas são retratadas dentro de uma realidade situacional, e sua expressão se dá por meio do discurso.

A metafunção ideacional constitui o componente principal do significado do sistema de transitividade, pois permite interpretar a realidade retratada por meio das escolhas dos interlocutores. Tais escolhas envolvem o tipo de processo, a seleção dos participantes e a seleção das circunstâncias (HALLIDAY, 1985). Os participantes são os substantivos e pronomes pessoais. Os processos são os verbos, que podem ser classificados em materiais, relacionais, mentais, verbais, existenciais e comportamentais (HALLIDAY, 1985).

Os processos materiais realizam o 'fazer', quando expressam as atividades ou eventos do mundo físico, em que algum participante desempenha alguma ação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Ainda de acordo com Halliday e Matthiesen (2004), os dois participantes principais são o ator e a meta. O ator é o participante que realiza a ação e a meta é a quem o processo é dirigido. O ator é expresso por entidade humana, inanimada ou

abstrata que pode ser intencional ou involuntária. Quando o ator é involuntário, aparentemente é afetado pela meta, caracterizando a voz passiva. Por outro lado, quando o ator é intencional e ocupa o papel de sujeito, o verbo estará na voz ativa.

Com relação aos outros processos, o relacional realiza o processo do 'ser' estabelecendo uma relação de atribuição e de identificação entre os participantes, realizados pelos verbos de ligação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Halliday e Matthiesen (2004) explicam ainda que processo mental é o processo do 'sentir', no qual os verbos expressam sentimentos, conhecimento e percepção. Em seqüência, o processo comportamental é o que realiza o 'comportar-se'; o existencial é o processo do 'existir', no qual alguma coisa existe ou acontece e o verbal é o processo do 'dizer' (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

As circunstâncias são manifestadas pela presença de grupos adverbiais ou frases preposicionais e podem ser: de extensão; de duração espacial; de distância temporal; de causa; de localização; de tempo; de lugar; de modo; de papel e de acompanhamento (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

A função interpessoal, por sua vez, identifica o papel comunicativo que o locutor assume no evento da fala e se realiza por meio dos sistemas de modo e modalidade. O modo permite a configuração da oração em termos de polaridade ou escolha entre o positivo e o negativo, além de referenciar o tempo da fala e o julgamento do falante. O sistema de modo é constituído pelo indicativo, subjuntivo, imperativo e estruturas interrogativas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Na modalidade, são analisados os aspectos modais dos verbos, dos adjetivos e de determinados advérbios, que contribuem para expressar o julgamento do falante, sem tornar explícita a primeira pessoa 'eu', temperando ou mascarando o seu comprometimento no evento discursivo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Já a função textual, ou 'modo' do discurso, está ligada à organização do texto por meio do sistema temático e mecanismos de coesão (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004). A coesão é uma relação semântica que se dá por meio de conectivos que entrelaçam um item como dependente de outro no mesmo texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os conectivos, no geral, são constituídos pelas preposições, conjunções e pelos pronomes relativos.

O tema, por sua vez, organiza a oração, sendo este normalmente o primeiro elemento na oração e ponto de partida da mensagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). A segunda parte da oração é o rema, ou onde o tema é desenvolvido. O tema de uma oração pode ser um *participante*, um *processo* ou uma *circunstância*, contanto que este esteja em primeira posição na oração.

O conjunto dessas contribuições permite desvelar as articulações textuais a partir



dos elementos lingüísticos destacados, o que contribui para a análise das relações que envolvem os autores dos textos e sua inserção em determinado contexto. Essa possibilidade permite confrontar as articulações em torno da qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos. Isso ocorre na medida em que se expõem os elementos textuais que envolvem o *disclosure* e são reveladas as articulações lingüísticas em torno deles.

### **3 - A análise textual no tratamento do *disclosure* das seções narrativas dos relatórios anuais corporativos**

Os relatórios anuais corporativos podem compor centenas de páginas, de modo que há espaço para a discussão de aspectos como a estratégia da empresa, responsabilidade social e outros exemplos de ações passadas e planejadas para o futuro.

Nesses relatórios o adequado é que haja consistência entre os aspectos quantitativos, apresentados na forma dos números contábeis, com o texto das seções narrativas. Os números refletem formalmente o desempenho passado da firma, e devem respeitar os princípios contábeis estabelecidos. A narrativa deveria contextualizar, explicar, justificar o passado e projetar o futuro, dentro dos limites que esses números permitem, sem simplesmente ignorá-los. O que leva à questão da necessidade de se desenvolver pesquisas sobre a relação das empresas com esses limites.

Stanton e Stanton (2002) revelam que diversos trabalhos envolvendo direta ou indiretamente essa questão foram realizados até o ano 2000. De maneira mais específica, os autores analisaram 70 pesquisas sobre relatórios anuais corporativos na década de 1990-2000 e os classificaram em cinco perspectivas: *gestão da imagem corporativa*, *legitimidade organizacional*, *marketing*, *economia política* e *outros*. As duas primeiras perspectivas foram predominantes, com 20 e 18 trabalhos respectivamente (STANTON; STANTON, 2002).

Beattie, McInnes e Fearnley (2004) enfatizam, de certa maneira, essas duas perspectivas ao focarem a questão dos estudos sobre a qualidade do *disclosure*. Dentro desse foco os autores sugerem uma classificação baseada em apenas duas abordagens: (1) o uso de escores de qualidade de *disclosure* subjetivamente definidos pelos analistas de investimento ou (2) o emprego de abordagens semi-objetivas a partir da análise textual.

Dentre essas alternativas, o foco deste trabalho está na categoria *análise lingüística*, pois ao tratar da estrutura lingüística é possível explorar as articulações existentes entre os elementos lingüísticos e confrontar essas articulações com fenômenos como a qualidade do *disclosure* e os custos políticos que envolvem a organização, indo ao encontro do objetivo aqui proposto. No tocante à análise da qualidade do *disclosure*, o uso da análise lingüística

não é algo inédito, já existindo contribuições de autores como Thomas (1997), Hyland (1998) e Jameson.

Thomas (1997) utilizou os relatórios anuais de uma única empresa, num período de seis anos que se iniciou com a empresa em uma situação de prosperidade e se encerrou com a empresa apresentando perdas significativas. A análise de como a empresa apresentou essas informações aos acionistas permitiu a autora oferecer *insights* a respeito das motivações e das prioridades da gestão da firma.

O estudo da autora se fundamentou na gramática funcional de Halliday (1976, 1978, 1985a, 1985b) para tentar estabelecer correlação entre o desempenho e as características do discurso apresentado no relatório anual da empresa selecionada. Tais características podem ser sintetizadas em: (a) os sistemas transitivos, como as estruturas verbais; (b) a estrutura temática, ou seja, a análise do que é discutido e (c) o contexto, a coesão e a condensação. Thomas (1997) concluiu que conforme as notícias apresentadas se tornavam mais negativas, as escolhas lingüísticas sugeriam uma situação factual “objetiva”, causada por circunstâncias não atribuíveis a qualquer pessoa que pudesse ser considerada responsável pelo desempenho. O uso freqüente de construções verbais na voz passiva indicava essa tentativa, por parte da empresa, de relacionar a queda dos lucros a fatores externos circunstanciais (THOMAS, 1990).

Em uma abordagem que possui elementos semelhantes, Hyland (1998) focou os elementos de metadiscorso para explorar as construções lingüísticas utilizadas nas mensagens dos presidentes apresentadas nos relatórios anuais corporativos de 137 empresas. Os elementos de metadiscorso constituem aspectos do texto que são explicitamente relacionados à organização do discurso ou à atitude do escritor em relação ao texto ou ao leitor (HYLAND, 1998). A partir dessa abordagem o objetivo do estudo era determinar como os escritores (os presidentes) projetavam a si mesmos no texto de modo a apresentar uma imagem corporativa efetiva.

A análise da presença de elementos de metadiscorso nos documentos corporativos segue a distinção adotada por Halliday (1976, 1978, 1985a, 1985b) entre o conteúdo proposicional e o significado textual e expressivo do texto (HYLAND, 1998). Os elementos de metadiscorso ajudam a organizar a prosa em um texto coerente, que transmite a personalidade do escritor. Neste sentido, os elementos de metadiscorso ajudam a influenciar a compreensão dos leitores a respeito das proposições apresentadas no texto (HYLAND, 1998).

Os resultados de Hyland (1998) indicam que a carta do presidente apresenta uma natureza essencialmente retórica. O autor mostra que o uso de elementos de metadiscorso permite que os executivos principais das empresas controlem as informações apresentadas,

por meio do uso de expressões que organizam e avaliam as informações de modo a direcionar a interpretação que os leitores irão construir ao ler o texto.

Jameson (2000), por sua vez, se aprofunda nesse processo permitindo compreender aspectos que esclarecem como ele se configura. Para o autor, quando o assunto a ser tratado é de natureza técnica, abstrata e complexa, o trabalho do escritor se torna mais difícil. Como um relatório anual tem uma natureza tão técnica quanto um relatório de engenharia, isso representa um desafio e uma oportunidade adicional ao se escrever para um público que não é *expert* no assunto. Ainda segundo o autor, é a estrutura hiper-textual e multivocal que permite contrapor a dificuldade em concluir a argumentação racional com o envolvimento emocional do leitor, por onde este último desenvolve um relacionamento imaginário com os autores implicados com o texto e constrói uma história favorável à empresa. É dessa maneira que a estrutura da carta do presidente compõe uma hiper-estrutura que engaja os leitores no processo de construção da história (JAMESON, 2000).

Para chegar a essa conclusão Jameson (2000) se baseia na teoria da narrativa, combinada com abordagens fenomenológicas para análise do discurso, aplicadas ao processo de comunicação de negócios. O autor selecionou dois conjuntos de relatórios anuais de fundos de investimento. O primeiro conjunto era formado pelos fundos ranqueados como os de melhor desempenho, a partir de um conjunto total de 1600 obtidos com uma empresa de informações financeiras. O segundo conjunto foi formado por fundos com bom desempenho, medido pelo retorno proporcionado aos investidores, em termos absolutos e históricos, porém com desempenho fraco em comparação com os fundos do primeiro grupo e com outros *benchmarks*. O autor argumenta que, no segundo conjunto, o retorno ambíguo, o conteúdo financeiro com informações depreciativas, as expectativas em relação ao estilo de gestão e o processo colaborativo de escrita exemplificam a complexidade do processo de escrita do relatório anual corporativo (Jameson, 2000).

Jameson (2000) argumenta que como os fundos dessa amostra não podiam justificar de maneira totalmente racional e lógica o seu desempenho, estruturas hiper-textuais foram adotadas. Tais estruturas, acompanhadas do uso de gêneros variados, como biografias, ensaios, opiniões, complementadas por múltiplos narradores, permitem ao leitor acessar o conteúdo a partir de vários pontos. Assim, o leitor participa ativamente da construção do sentido da história, pois vários pontos de vista são enfatizados no texto (JAMESON, 2000).

As contribuições do autor, bem como as de Thomas (1997) e Hyland (1998) demonstram o potencial da análise dos elementos lingüísticos para tratar da qualidade do *disclosure*. Entretanto, observa-se uma lacuna no tocante à questão do que leva a determinada construção lingüística. A simples deficiência em termos de desempenho comumente é colocada como o elo chave, mas em torno da idéia de deficiência existe uma série de aspectos a serem aprofundados e confrontados com a qualidade do *disclosure* por

meio da análise lingüística. Observa-se aqui uma lacuna nos estudos sobre essa temática, no tocante à ausência de uma alternativa que ofereceria potencial para tratar de maneira mais aprofundada aqueles aspectos relacionados com a deficiência. Neste ponto surge a relevância deste estudo, a proposição de um caminho para preencher esta lacuna, no caso por meio das contribuições teóricas em torno da questão dos custos políticos.

De maneira mais específica propõe-se a ligação entre as estruturas lingüísticas apresentadas nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos e os custos políticos que determinadas empresas estão submetidas.

#### **4 – A hipótese dos custos políticos**

Watts e Zimmerman (1978) originalmente apresentam a discussão dos custos políticos para buscar explicar o que determina as posições que as diferentes partes interessadas irão apoiar em relação à adoção de uma dada norma contábil. Ao buscar construir uma teoria positiva para as escolhas dos padrões contábeis, Watts e Zimmerman (1978) afirmam que os gestores têm maiores incentivos para patrocinar a adoção de normas e princípios contábeis que resultem na divulgação de lucros mais baixos, devido a aspectos tributários, políticos e regulatórios, do que apoiar a implantação de normas contábeis que resultem na divulgação de lucros maiores, o que conseqüentemente aumentaria a sua remuneração variável. No entanto, os autores destacam que esta afirmação é condicionada ao evento da firma estar sujeita a regulações e pressões políticas. Em empresas menores, ou sujeitas a menores intensidades regulatórias, é esperado que os gestores tenham incentivos a apoiar a adoção de normas contábeis que resultem na evidenciação de níveis mais elevados de lucros (WATTS; ZIMMERMAN, 1978).

Posteriormente, outros autores procuraram estender estes argumentos na direção de tentar explicar as escolhas contábeis realizadas pelos gestores no momento da divulgação dos resultados financeiros (MILNE, 2002). Essa linha de pesquisa subsequente se apoiou nas proposições de Watts e Zimmerman (1978) de que as empresas empregam uma variedade de procedimentos, como campanhas de responsabilidade social, *lobbies* junto a grupos políticos, e a seleção de procedimentos contábeis que reduzam os lucros divulgados nas demonstrações contábeis. Os autores justificam que o público em geral associa lucros muito elevados com ganhos advindos de monopólios e afirmam que a magnitude dos custos políticos é altamente dependente do tamanho da firma.

Em trabalhos subsequentes, Watts e Zimmerman (1986, 1990) reforçam a relação entre a divulgação dos números contábeis, notadamente o lucro, com custos políticos. Milne (2002) ressalta que Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990) enfatizam a divulgação dos números contábeis, mas não fazem menção a outros tipos de *disclosure* no relatório anual corporativo que poderiam estar relacionados aos custos políticos. O autor ainda ressalta que

aspectos como degradação ambiental, esgotamento de recursos, exploração de trabalhadores, entre outros, não são mencionados nas proposições de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990).

Estudos empíricos subseqüentes utilizaram uma ampla variedade de medidas como *proxies* para os custos políticos, incluindo lucro, retorno, risco, intensidade de capital, intensidade de tributação, número de funcionários, número de *shareholders*, ou cobertura da imprensa (MILNE, 2002). Percebe-se a predominância de *proxies* para o tamanho da firma.

Milne (2002) apresenta uma revisão crítica dos estudos que se orientaram pelas proposições de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990) a respeito dos custos políticos para explicar porque as empresas realizam o *disclosure* de informações de responsabilidade social. Milne (2002) conclui que freqüentemente os estudos empíricos que se propõem a explicar o *disclosure* de informações de responsabilidade social distorcem as proposições originais de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990). Adicionalmente, alguns autores inadvertidamente combinam tais proposições com outras teorias de *disclosure* fundamentadas em aspectos sociológicos, o que os leva a fracassar na tentativa de eliminar hipóteses rivais (MILNE, 2002). O autor ainda ressalta a incapacidade desses estudos empíricos em demonstrar que os gestores utilizam o *disclosure* de informações socioambientais de maneira oportunista, ou seja, com o objetivo de reduzir a visibilidade política advinda dos lucros elevados. Milne (2002) argumenta que a falta de aderência entre as proposições derivadas da chamada teoria positiva da contabilidade e os resultados empíricos se deve principalmente às falhas cometidas pelos pesquisadores na construção de suas hipóteses, decorrentes da distorção das proposições originais de Watts e Zimmerman.

Outra dificuldade que se apresenta ao teste das proposições relacionadas aos custos políticos envolve a mensuração de tais custos no curto prazo, mesmo selecionando firmas com propensão a ações políticas adversas (CAHAN, 1992). Esta dificuldade operacional tem gerado diferentes propostas de medidas, embora o tamanho da empresa continue sendo a *proxy* mais utilizada para refletir a sensibilidade política da empresa e os custos que daí resultam (CAHAN, 1992).

O uso da variável tamanho da firma como *proxy* para os custos políticos tem recebido críticas desde o início das pesquisas na área. Uma das críticas é que as proposições teóricas de Watts e Zimmerman (1978) se referem explicitamente aos custos políticos, e que estes autores desejam realizar inferências no domínio político, e não a respeito do tamanho da firma (BALL; FOSTER, 1982). Adicionalmente, Ball e Foster (1982) reforçam seu ponto de vista afirmando a variável tamanho da firma tem sido utilizada como *proxy* para uma ampla diversidade de construtos, sem que se apresentem justificativas suficientes para a adequação da *proxy* selecionada.

Conforme mencionado, grande parte dos estudos publicados nos periódicos acadêmicos em contabilidade relaciona os custos políticos com aspectos de gerenciamento de resultados, decorrentes do processo de seleção dos procedimentos contábeis. Críticas têm sido feitas em relação ao uso de variáveis relacionadas ao tamanho da firma como *proxies* para os custos políticos.

Propõe-se neste estudo a ampliação da discussão teórica e empírica dos custos políticos. Primeiramente, entendemos que as proposições iniciais de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990) devem ser estendidas no sentido de incorporar aspectos relativos a impactos ambientais e exploração de trabalhadores, entre outros. Estes aspectos podem ter um impacto negativo considerável na imagem pública de uma empresa, principalmente se forem potencializados por um contexto de lucros muito elevados.

Segundo, entendemos que a exploração de outras dimensões na análise dos custos políticos pode ajudar a superar as dificuldades operacionais associadas ao uso de *proxies* relacionadas ao tamanho da firma.

Terceiro, argumentamos que o contexto em que os relatórios anuais são produzidos e utilizados reforça a importância dos aspectos comunicativos na análise da qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos referidos relatórios.

Aerts (1994) discute que nos relatórios anuais, principalmente nas seções em que são evidenciados os aspectos relativos ao desempenho da firma, há uma atividade explicativa desempenhada num contexto público. Assim, para o autor, além de tais explicações poderem ser usadas em causa própria, elas se tornam atos sociais significativos. O mesmo autor ainda argumenta que a lógica embebida na linguagem contábil fornece a capacidade auto-explicativa muito valorizada nas justificativas de desempenho.

As explicações contábeis para as ações e resultados da firma fazem uso da lógica interna do processo de evidenciação de informações financeiras e utilizam os aspectos pragmáticos da linguagem contábil, que constituem (AERTS, 1994): (a) uma fonte de racionalidade retrospectiva; (b) a despersonalização do processo de atribuição de responsabilidade; e (c) a criação de uma ambigüidade objetiva. Estes aspectos pragmáticos da linguagem contábil são construídos a partir do processo de dedução de conceitos empregado no desenvolvimento da lógica calculativa do raciocínio contábil. No processo de dedução, obtêm-se conceitos que são analíticos, e não descritivos como os utilizados no contexto da linguagem natural (AERTS, 1994).

Assim, o nível de abstração em que opera o modelo de divulgação de informações financeiras estrutura o desempenho organizacional como um fenômeno descolado dos atores organizacionais e das influências externas, resultando em dificuldades na atribuição

de responsabilidade (AERTS, 1994). No entanto, Aerts (1994) destaca que as explicações contábeis podem perder eficiência em um contexto de desempenho instável e volátil.

A argumentação anterior contextualiza o uso das explicações contábeis no processo de justificativa de desempenho organizacional. O uso de uma argumentação técnica, que confere um caráter de racionalidade às explicações fornecidas em conjunto com os números contábeis, tem como objetivo transmitir ao leitor a impressão de que a alta administração mantém sob controle os aspectos que influenciam o desempenho das mesmas. No entanto, a efetividade e conseqüentemente a legitimidade dessa argumentação tem suas limitações destacadas quando o desempenho da firma encontra-se abaixo do esperado.

Propõe-se no presente estudo que um processo semelhante de construção de legitimidade será utilizado quando a empresa se encontra em um contexto de desempenho favorável, porém submetida a níveis elevados de custos políticos. No entanto, ao invés de se apoiar na lógica contábil para justificar as suas ações, a empresa irá utilizar outros elementos do discurso organizacional para tentar influenciar o processo de construção de sentido em que o leitor se engaja ao interpretar as informações apresentadas no relatório anual corporativo.

Pelo exposto, na direção do objetivo deste artigo fica como contribuição da articulação teórica desenvolvida até aqui a proposição de que a análise dos custos políticos seria um caminho a ser articulado com a análise lingüística, a partir da gramática funcional, para tratar da questão da qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais das organizações. Para legitimar essa proposição em evidências empíricas foi realizado um estudo das seções narrativas de relatórios anuais da Aracruz Celulose. O estudo permitiu ainda demonstrar a operacionalização dos aspectos metodológicos necessários para a adoção da referida abordagem.

#### **4 – Aspectos metodológicos do estudo das seções narrativas de relatórios anuais**

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa documental nos relatórios anuais, neste caso delimitados à empresa Aracruz Celulose no período de 1998 a 2006. Com relação à técnica empregada na análise dos textos, utilizou-se a análise de discurso apoiada na gramática sistêmico-funcional. Segundo Halliday e Matthiessen (2004), a análise de discurso fundamenta-se num estudo do sistema da língua, ou seja, naquilo que as pessoas dizem e escrevem, ouvem ou lêem.

As seções narrativas apresentadas nos relatórios anuais corporativos incluem os seguintes itens: (i) mensagem da administração; (ii) sumário executivo, que inclui os tópicos “criação de valor”, “satisfação do cliente”; “processos internos” e “aprendizado e desenvolvimento”; (iii) relatório social e ambiental; e (iv) informações financeiras. O foco da análise foi centrado na interpretação das funções sintático-semânticas dos sumários

executivos e das mensagens da administração.

A escolha da empresa e seleção do período foi motivada pelos seguintes aspectos: (1) histórico de ganhos elevados; (2) adoção por políticas voluntárias de divulgação financeira; (3) custos políticos potencialmente altos relacionados a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas.

A primeira etapa de análise envolveu a caracterização dos custos políticos a que a empresa esteve submetida durante o período analisado. Tal caracterização foi feita por meio da análise dos relatórios anuais corporativos, bem como da análise de jornais e revistas locais e de veiculação nacional.

As análises sintático-semânticas foram feitas com base nas proposições de Halliday a despeito da gramática funcional (HALLIDAY, 1976, 1978, 1985a, 1985b; HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2004). As análises lingüísticas foram feitas conforme as etapas a seguir:

- I. Cópia dos sumários e das mensagens da administração individualmente e por ano para o programa Word;
- II. Para efeitos de depreensão das unidades de análise, os textos foram divididos em frases, por pontuação;
- III. Em seguida, as frases foram separadas em orações, assim consideradas como qualquer estrutura provida de verbo, mesmo que só esse elemento aparecesse. Essas orações foram tomadas como ponto de partida para as análises, que foram feitas por meio de observação, leitura detalhada e inspeção manual.
- IV. A partir das orações, foram contados e tabulados todos os verbos, pronomes, advérbios, adjetivos, conjunções e preposições e identificados os seguintes itens, antes da análise das metafunções propriamente ditas:
  - a. Participantes: substantivos, adjetivos e pronomes pessoais;
  - b. Processos e relações: verbos, advérbios, adjetivos;
  - c. Circunstantes: conectivos, conjunções;
  - d. Tema – contexto situacional.
- V. Análise do sistema de transitividade e das metafunções. Apenas por uma questão metodológica cada metafunção é apresentada individualmente: (a) função ideacional, na qual foi analisado o sistema de transitividade verbal – processos e participantes; (b) função interpessoal, envolvendo a análise do sistema de modos, dos tempos verbais e seus elementos modalizantes; e (c) a função textual, que envolveu a análise da semântica vocabular, da sintaxe e da coesão.

Vale reiterar que as três metafunções ocorrem ao mesmo tempo, por isso não podem ser analisadas individualmente. As análises foram feitas no todo, ou seja, no corpo inteiro de cada texto. Apesar do texto ter sido fragmentado em orações, as análises foram funcionais e



consideraram todo o corpo textual e contextos situacionais (HALLIDAY e MATTHIESEN, 2004).

## **5 - Resultados e discussão**

### **5.1 - Breve histórico da Aracruz Celulose**

A Aracruz Celulose detém a liderança mundial na produção de celulose de fibra curta de mercado, respondendo por 28% da oferta global do produto que é destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado. O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Safra, Lorentzen e Votorantim com 28% do capital votante e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com 12,5%.

As ações preferenciais da empresa são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A empresa é orientada para exportação, tendo 98% da sua produção destinada ao mercado externo. A empresa desenvolve suas operações florestais no estado do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ocupando aproximadamente 279 mil hectares (ARACRUZ, 2006).

### **5.2 - A Aracruz e os seus custos políticos**

O setor de papel e celulose brasileiro, em que a empresa atua, está sujeito a normas ambientais rigorosas, de abrangência nacional, estadual e local, além do monitoramento da sociedade quanto à adequação de suas atividades ou produtos (ARACRUZ, 2003).

Dona de vastas extensões de terra em diversos estados brasileiros, a Aracruz se vê às voltas há anos com invasões de índios e militantes do movimento dos sem-terra. Desde o início da década de 1990 a empresa vem enfrentando, no âmbito ambiental, a polêmica gerada em torno das monoculturas do eucalipto e do seu modelo de ocupação de áreas, abrangendo vários estados, além do Espírito Santo (*Exame*, 01 de novembro de 2005).

Embora este modelo seja adotado pela maioria das empresas do setor florestal, no caso da Aracruz Celulose sobrepõe-se um agravante: os conflitos sócio-ambientais com as comunidades indígenas Tupiniquins e Guarani, os quais ganharam maior visibilidade nos meios de comunicação e exercem forte impacto na reputação da empresa (*Exame*, 01 de novembro de 2005).

A observação de tais conflitos sócio-ambientais parece estar associada à decisão da empresa em iniciar uma série de mudanças mais significativas em relação aos temas abordados em seus relatórios. Nos últimos anos a empresa vem reforçando a sua marca, possivelmente na tentativa de demonstrar transparência no tratamento de seus temas polêmicos. A empresa ainda mantém encontros freqüentes com analistas de mercado e representantes de ONGs e divulga informações relacionadas a aspectos polêmicos do

negócio em seus relatórios anuais (*Exame*, 01 de novembro de 2005). A implantação de campanhas institucionais e convocações de audiências públicas com grupos de interesse e autoridades políticas também passaram a fazer parte da rotina da empresa (Aracruz, 2006).

Segundo a própria empresa o seu crescimento contínuo e seus resultados econômicos estão diretamente associados à percepção positiva que clientes, fornecedores, investidores, comunidades, representantes da sociedade civil e os próprios empregados têm sobre a Companhia (Aracruz, 2005). Percebe-se o potencial de danos que os conflitos sócio-ambientais podem trazer à reputação da empresa. A partir do momento em que a própria empresa admite que seu desempenho está diretamente associado a sua imagem, é de se esperar que os gestores assumam uma posição ativa no gerenciamento da imagem corporativa, a fim de amenizar o impacto que tais conflitos podem representar.

A Aracruz ainda argumenta que seus ativos intangíveis são justamente aqueles empiricamente percebidos, pelos diversos públicos, como os que geram ou têm potencial de gerar ganhos econômicos para a Companhia, fortalecendo a sua competitividade (Aracruz, 2005). A partir de 2004 a empresa vem reforçando a sua marca e orientando suas atividades para a sustentabilidade do empreendimento, o que pressupõe consistência e transparência nas esferas administrativa, econômica, social e ambiental (Aracruz, 2005).

As ações da empresa no sentido de reforçar os aspectos de sustentabilidade podem ser associadas ao objetivo de gerenciamento da imagem corporativa, conforme mencionado anteriormente. Exemplo disso é a introdução da nova seção sobre governança corporativa em seu relatório anual de 2002. A apresentação das políticas de conduta da empresa passou a expor termos como “relacionamento ético e transparente com as partes interessadas”, o que demonstra o interesse da empresa em ser reconhecida como uma organização socialmente responsável.

O recrudescimento dos conflitos sócio-ambientais com a comunidade indígena Tupiniquim e Guarani se constituía em um elemento de negatividade na visibilidade pública da empresa. A intensificação dos conflitos sócio-ambientais começou a partir da reforma constitucional brasileira de 1988, que passou a garantir às comunidades indígenas e quilombolas o direito às suas terras tradicionais (Ministério do Meio Ambiente, 2005). Neste sentido, entende-se que a empresa passa a arcar com elevados custos políticos, apesar destes elementos não serem formalmente mencionados nas proposições de Watts e Zimmerman (1978, 1986, 1990) a respeito dos custos políticos.

A partir de janeiro de 1997, a Fundação Nacional do Índio, órgão do governo brasileiro, instaura um processo administrativo obrigando a empresa a ceder 13.000 hectares de suas propriedades para ampliar as reservas indígenas vizinhas, abrangendo as comunidades indígenas Pau Brasil, Caieiras Velhas e Comboios (ARACRUZ, 1998).

Em 1998, entretanto, o Ministério da Justiça publica as portarias de nº 193, 194 e 195 prevendo a ampliação da reserva indígena em 2.571 hectares apenas. A companhia ainda se comprometeu com as comunidades indígenas a realizar um programa de assistência financeira para projetos sociais, agrícolas, educacionais, de abrigo e saúde, no valor equivalente a quase seis milhões de dólares durante 20 anos (ARACRUZ, 1999).

A Câmara Legislativa do Estado do Espírito Santo criou, em 2002, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a legalidade das licenças e do processo de aquisição das propriedades da empresa, desde o início de suas operações. Para proteger sua reputação, os advogados da Aracruz Celulose fizeram um trabalho de convencimento por meio do mapeamento do perfil dos deputados e suas opiniões em relação ao caso. Assim se municiaram de informações que comprovaram a legalidade das operações da empresa (Exame, 01 de novembro de 2005).

As pressões políticas exercidas por autoridades governamentais do estado do Espírito Santo são trazidas como evidência do aumento dos custos políticos incorridos pela Aracruz Celulose, conforme interpretação de Ball e Foster (1982), de que os custos políticos se referem a ações a que a empresa está sujeita no domínio político.

No ano de 2003 observa-se ainda o surgimento de um grupo de trabalho da comissão de direitos humanos da Câmara dos Deputados do Estado do Espírito Santo criado para investigar supostas violações a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais nas plantações de eucalipto da empresa no Espírito Santo. Dentre outros assuntos, algumas denúncias contra a Aracruz foram investigadas e os representantes da empresa convocados a uma audiência pública para se defender em relação às denúncias (ARACRUZ, 2004).

Quanto aos conflitos sócio-ambientais, em 2006, o Movimento das Mulheres Camponesas invadiu o horto florestal da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro (RS) promovendo a destruição de mudas e viveiros, além de material de pesquisa, resultado de 15 anos de trabalho. Em relação aos conflitos com as comunidades indígenas, apesar dos acordos firmados desde 1998, alguns índios das tribos locais invadiram as propriedades da empresa em 2005, realizando corte e expropriação de árvores que ainda estavam em fase de crescimento (Veja, 29 de março de 2006).

Em seqüência, no mesmo ano, um grupo de índios invadiu as instalações industriais da companhia. A reação da Aracruz à invasão em sua fábrica considerou a urgência de uma estratégia transparente para lidar com investidores internacionais (Veja, 29 de março de 2006). Mesmo obtendo medidas cautelares de reintegração de posse das áreas invadidas em 2006, os índios ainda continuaram ocupando aproximadamente 11.000 hectares de terras. Segundo a Aracruz, até 31 de dezembro de 2005, enquanto os termos de acordo

estavam sendo cumpridos, a companhia havia doado às associações indígenas o equivalente a quatro milhões de dólares (ARACRUZ, 2006).

Percebe-se que o período de 2002 a 2006 é marcado pela ocorrência de eventos que apresentavam potencial severo de negatividade em relação à imagem pública da Aracruz Celulose S.A. A combinação de ações do Poder Legislativo Estadual e da existência de conflitos sócio-ambientais com comunidades indígenas representa um contexto que permite a análise dos custos políticos incorridos pela empresa e seus possíveis reflexos nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos.

A disputa de terras entre a Aracruz Celulose e as comunidades indígenas no Espírito Santo chegou ao fim em 2007. Um processo de negociação estabelecido pelo governo federal previu a transferência de aproximadamente 11 mil hectares de terras da empresa para as comunidades indígenas. O acordo previa ainda a retirada dos eucaliptos plantados pela empresa e a desistência de ambas as partes de quaisquer ações em curso ou futuras a esse respeito.

A Aracruz se comprometeu também a financiar a elaboração de um estudo etnoambiental, a ser desenvolvido pela Funai com o envolvimento dos índios, destinado a identificar as melhores alternativas de uso da terra e de desenvolvimento das comunidades. É neste contexto de disputas com os nativos indígenas e de pressões do poder público municipal, estadual e federal que serão analisadas as estruturas lingüísticas dos relatórios anuais corporativos da Aracruz Celulose S.A.

### 5.3 - Análise das metafunções lingüísticas

Na análise lingüística, observou-se que os processos materiais foram realizados, em sua maioria, na voz ativa. Esse tipo de construção é usado para dar mais clareza aos textos, e para pôr em destaque a empresa como principal participante. Ainda, sobre os processos materiais, pode-se inferir que a escolha por esses processos favoreceu a transmissão da idéia de ação e acontecimento ou o fazer e o agir da empresa. Com o uso destes processos a empresa enfatizou suas realizações bem como as ações que empreende em favor da comunidade local. Dois exemplos de excertos de textos dos relatórios anuais da empresa são trazidos para ilustrar a análise:

[...] Importantes conquistas e iniciativas durante o ano **demonstraram** que a administração da Aracruz está obtendo bons resultados nos seus objetivos de **fortalecer** a posição competitiva da Companhia, **ampliar** sua participação de mercado, **modernizar** suas operações e **aprimorar** seus produtos e serviços (Mensagem da Administração, 1998, grifo nosso).

[...] A Aracruz **privilegia** a contratação de empregados da própria região onde **atua**, como uma forma de **estimular** o desenvolvimento econômico das comunidades nas quais está inserida (Sumário Executivo, 2006, p. 27, grifo nosso).

Em menor freqüência, observou-se o uso dos processos relacionais e mentais na

caracterização do eixo temático dos conflitos com as comunidades indígenas e quilombolas. Isso pode ser verificado nos dois excertos a seguir:

[...] A questão entre a Aracruz e as comunidades indígenas que **é** a mais crítica enfrentada atualmente pela Aracruz agravou-se em dois mil e seis em paralelo ao acirramento das disputas envolvendo propriedades de terras no Brasil (Sumário Executivo, 2006, p. 81, grifo nosso).

[...] Apesar de **mantermos** boas relações com a maioria das comunidades em que **estamos** presentes, há questões sensíveis que **estamos** tentando solucionar em benefício de todas as partes. (Sumário Executivo, 2006, p.86, grifo nosso).

O uso de processos relacionais e mentais sugere a sua intenção de expor o seu modo particular de perceber os fatos. Observa-se também a ocorrência dessa estrutura na discussão de um tema que é particularmente sensível à imagem corporativa da Aracruz Celulose.

O tom dos textos foi configurado pela polaridade positiva sob a forma de orações declarativas afirmativas e por verbos no modo indicativo. O uso de orações declarativas afirmativas enfatizou o caráter informativo dos relatórios anuais, uma vez que a escolha por esse tipo de oração é coerente com esse tipo de texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os excertos a seguir demonstram essa observação:

[...] O Conselho **registra** sua satisfação com as inúmeras iniciativas da Administração para **fortalecer** nossa posição como um dos produtores de mais baixo custo no mundo, **fornecendo** produtos de alta qualidade com responsabilidade social e ambiental (Mensagem da Administração, 1999, grifo nosso).

[...] A empresa, que **exporta** quase toda a sua produção, **já está** entre as cinco maiores geradora de divisas líquidas no setor industrial (Sumário executivo, 2002, grifo nosso).

O tempo verbal mais freqüente foi o presente, utilizado geralmente no sentido de validar as informações como verdades irrefutáveis num tempo presente, construindo assim uma imagem de engajamento e comprometimento, expressa categoricamente pelo modo indicativo. Os excertos abaixo ilustram essa observação:

[...] Com isso a empresa **promove** o desenvolvimento socioeconômico capixaba, **colabora** para o aprimoramento tecnológico das empresas locais e **evita** os efeitos indesejáveis da atração temporária de mão-de-obra de outras regiões (Sumário Executivo, 2001, grifo nosso).

[...] A sustentabilidade **é** um fator que facilita o acesso ao capital, **permite** reduzir custos e maximizar retornos de longo prazo do investimento, **previne** e **reduz** riscos [...]. (Mensagem da Administração, 2004, grifo nosso)

A representação da empresa pela primeira pessoa do plural sugere ao leitor a idéia de que muitas pessoas compartilham de sua mesma opinião, o que aumenta a força de

persuasão dos argumentos. O participante principal é sempre a própria empresa sob a voz ativa, conforme o excerto abaixo:

[...] O enfrentamento desse conflito reforçou internamente a necessidade de **intensificarmos** o relacionamento com as partes interessadas e **aumentarmos** a transparência no **nosso** processo de comunicação. Com esse objetivo, entre outras medidas, **reformulamos nosso** portal na Internet e **reforçamos** a divulgação de posicionamento sobre questões importantes como biodiversidade, mudanças climáticas, certificação florestal e uso de defensivos agrícolas, além da própria questão indígena (Mensagem da Administração, 2006, p.04, grifo nosso).

“**Nossas** florestas, unidades de produção, terminais portuários e escritórios estão distribuídos por cinco estados brasileiros, e **nossa** celulose é exportada para os principais mercados consumidores” (Sumário Executivo, 2006, p.11, grifo nosso).

Observou-se, na análise dos textos como um todo, que a voz ativa se sobressaiu à passiva. No entanto, variações em relação à voz verbal, no contexto temático referente a conflitos sócio-ambientais e a cenários macroeconômicos adversos, foram observadas. A voz passiva e o uso de adjetivos subjetivos se fizeram presentes nestes contextos. Vale ressaltar que o uso da voz passiva é um dos recursos que permitem à empresa se distanciar do que está sendo apresentado, ao mesmo tempo em que dá um caráter de neutralidade ao texto (SYDSERFF; WEETMAN, 2002). O excerto abaixo é trazido como exemplo:

[...] O ambiente externo extremamente **difícil** ao longo de 2001 representou um constante desafio para o contínuo desenvolvimento das atividades da Aracruz. **É** de se lamentar que, mais uma vez, o setor mostrou-se incapaz de proativamente tomar as ações corretivas em tempo de evitar a débâcle dos preços (Sumário Executivo, 2001, grifo nosso).

A alternância entre voz ativa e passiva equivale a mudar o foco da narrativa, do sujeito e agente principal dos fatos, para o objeto paciente e alvo dos processos materiais realizados por esses conflitos e adversidades (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No excerto abaixo, o sujeito agente que afeta a empresa é “*a outra questão que diz respeito às Comunidades quilombolas*”:

**Outra questão que** também se insere no contexto geral de conflitos agrários no País e que também **afetam a Aracruz diz respeito às Comunidades descendentes de quilombolas**. (Sumário Executivo, 2006, p. 84, grifo nosso).

E no excerto a seguir, além de um notório juízo de valor realizado pelas palavras “*intensificação e radicalização*” o sujeito causativo da ação sobre a Aracruz, é “*a questão entre a Aracruz e as comunidades indígenas*”:

[...]A **intensificação e a radicalização** dos conflitos promovidos por esses movimentos também **contribuíram para a maior exposição da Empresa na mídia**, notadamente as invasões de áreas e instalações da Companhia por índios, no Espírito Santo, e ações de vandalismo no viveiro e laboratório de

pesquisa da Empresa, no Rio Grande do Sul. “[...] A questão entre a Aracruz e as comunidades indígenas que é a mais crítica enfrentada atualmente pela Aracruz” (Sumário Executivo, 2006, p.36, grifo nosso).

Percebe-se que a empresa alterna o uso de voz ativa e voz passiva justamente nas transições de situações que envolvem contextos positivos para contextos negativos à imagem da empresa.

A maior frequência dos advérbios de intensidade, de tempo e de modo indicou a preferência da empresa por construções lingüísticas que intensificam, circunstanciam e reforçam suas atitudes. Há um distanciamento de uma posição de neutralidade, na qual o sujeito apenas informa as suas realizações ou planos. Os quatro excertos abaixo foram escolhidos como ilustração:

[...] Infelizmente, a disputa de terras com as comunidades indígenas do Espírito Santo, que reivindicam ampliação de sua reserva em mais 11 mil hectares, quase que totalmente em áreas florestais da Empresa, agravou-se em 2006, com invasões de propriedades da Aracruz e a destruição de mais de 170 hectares de plantios de eucalipto (Mensagem da Administração, 2006, p. 04, grifo nosso).

[...] Também a invasão de oito mil e setecentos hectares em áreas da Empresa no Espírito Santo por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra trouxe à tona a questão da legalidade das invasões (Sumário Executivo, 2006, p. 82, grifo nosso).

Os elementos coesivos mais evidentes foram observados no uso freqüente da conjunção “e”, caracterizando a forma coordenada e encadeada com que os fatos foram narrados. A conjunção “e” foi mais observada realizando adições e progressões textuais, ou seja, marcando o encadeamento das ações da empresa nos textos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os excertos abaixo demonstram essa observação:

“A sucessão de eventos desencadeados durante 2001, entretanto, demonstrou como é difícil fazer previsões num mundo dominado por forças políticas e econômicas de impacto global” (Mensagem da Administração, 2001, grifo nosso).

“A empresa é um símbolo da força e da competitividade do setor empresarial brasileiro, e projeta essa imagem nos mais de 30 países onde mantém relações comerciais” (Mensagem da Administração, 2002).

A análise geral dos resultados indica que a Aracruz Celulose S.A. escolhe conscientemente os elementos lingüísticos dos textos apresentados no Sumário Executivo e na Carta do Presidente, constituintes do seu relatório anual. Há uma intenção comunicativa clara, motivada pelo contexto dos elevados custos políticos a que a empresa está sujeita. A alternância do uso de voz ativa e voz passiva, de acordo com o tema que está sendo discutido, é uma das evidências apresentadas e que pode ser associada ao gerenciamento da imagem corporativa. De modo semelhante, a utilização de processos materiais para

relatar ações da empresa e de processos relacionais e mentais para discutir os temas relacionados aos conflitos com comunidades indígenas também evidencia uma tentativa de gerenciamento da imagem.

## **6 – Considerações finais**

O objetivo desse estudo foi discutir um caminho para investigar a qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos que reconheça as implicações dos custos políticos nessa qualidade.

Como contribuição na direção de tê-lo alcançado a discussão teórica legitimou a proposição de uma abordagem baseada na articulação entre a Análise do Discurso por meio da Gramática Funcional e as contribuições teóricas acerca dos Custos Políticos. A partir dessa proposição foi possível observar os resultados da aplicação da abordagem em questão na investigação dos relatórios da Aracruz Celulose. No caso, os resultados indicaram que no lugar de apenas informar as suas realizações ou seus planos a empresa tende a priorizar e a enfatizar sua identidade institucional ao intensificar, circunstanciar e reforçar suas atitudes. Esta proposição encontra respaldo na observação da associação entre o uso de determinados elementos lingüísticos e o tema tratado no texto, conforme discutida na análise dos resultados. Percebeu-se que a mudança do eixo temático da discussão era associada à mudança nas estruturas lingüísticas. Os temas mais sensíveis à imagem da empresa, como os conflitos com comunidades indígenas e quilombolas, foram apresentados por meio de estruturas lingüísticas marcadamente diferentes das utilizadas para enfatizar as ações e realizações da empresa.

A despeito do gerenciamento da imagem da empresa, no eixo temático das mensagens relacionadas aos conflitos com as comunidades indígenas, foi notória a intenção de expor o seu ponto de vista institucional, impondo ao leitor, seu modo particular de perceber os fatos. Deste modo, fica explícito o desvio da neutralidade na apresentação de informações que podem afetar sensivelmente a imagem da empresa, de modo positivo ou negativo. O presente estudo evidenciou também que o nível de custos políticos que a empresa está submetida influenciou a forma de apresentação das informações textuais nos seus relatórios anuais.

O método utilizado nessa pesquisa apresenta algumas limitações: a) as funções lingüísticas identificadas não constituem todas as possibilidades; b) dado que a investigação foi realizada com apenas uma empresa, os resultados obtidos são específicos da firma estudada, ou seja, não podem servir de inferência para todas as empresas do setor; c) uma amostra de textos mais abrangente, decompondo todo o relatório anual, implicaria em conclusões mais robustas, uma vez que as análises podem se alterar de um ano para o outro.



Com foco nessas limitações e na contribuição em torno do objetivo aqui abordado, cabe propor que estudos posteriores busquem identificar outras funções lingüísticas nas narrativas, em períodos superiores aos adotados neste estudo. Tais alternativas permitiriam que estudos futuros oferecessem contribuições adicionais a respeito da relação entre o uso de recursos lingüísticos nos relatórios anuais e os custos políticos.

## 7 - Referências

- AERTS, W. On the use of accounting logic as an exploratory in narrative accounting disclosures. **Accounting, Organizations and Society**, v.19, n. 4/5, p. 337-53, 1994.
- AERTS, W. Inertia in the attributional content of annual accounting narratives. **The European Accounting Review**, v. 10, n. 1, p. 3-32, 2001.
- AERTS, W. Picking up the pieces: impression management in the retrospective attributional framing of accounting outcomes. **Accounting, Organizations and Society**, v. 30, p. 493-517, 2005.
- AICPA **Improving business reporting – a customer focus: meeting the information needs of investors and creditors comprehensive report of the special committee on financial reporting.** Disponível em: <http://www.aicpa.org/Professional+Resources/Accounting+and+Auditing/Accounting+Standards/ibr/>, (1994)
- BALL, R., FOSTER, G. Corporate financial reporting: a methodological review of empirical research. **Journal of Accounting and Research**, v. 20, p. 161-234, 1982.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2000.
- BEATTIE, V.; MCINNES, W.; FEARNLEY, S. A methodology for analyzing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metrics for disclosure quality attributes. **Accounting Forum**, v. 28, n. 3, p. 205-236.
- BETTMAN, J. R.; WEITZ, B. A. Attributions in the boardroom: causal reasoning in corporate annual reports. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 165-183, 1983.
- CAHAN, S. F. The effect of antitrust investigations on discretionary accruals: a refined test of the political-cost hypothesis. **The Accounting Review**, v. 67, p. 75-95, 1992.
- COMO proteger a reputação. **Exame**, São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/sumario0855.html>>. Acesso em 7 jun. 2008.
- CLAPHAN, S. E.; SCHWENK, C. R. Self-serving attributions, managerial cognition, and company performance. **Strategic Management Journal**, v.12, n. 3, p. 219-229, 1991.
- CLATWORTHY, M. A.; JONES, M. J. Financial reporting of good and bad news: evidence from accounting narratives. **Accounting and Business Research**, v.33, n.3, p. 171-85, 2003.

- FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD **Business and financial reporting, challenges from the new economy special report**. Financial Accounting Standards Board. Disponível em: [http://72.3.243.42/articles&reports/sr\\_new\\_economy.pdf](http://72.3.243.42/articles&reports/sr_new_economy.pdf) (2001a)
- FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD **Improving business reporting: insights into enhancing voluntary disclosures**. Steering committee report, Business reporting research project. Financial Accounting Standards Board. Disponível em: <http://72.3.243.42/brrp/BRRP2.PDF> (2001b)
- HALLIDAY, M. A. K. **System and function in language**. London: Oxford University Press, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985a.
- HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Victoria, Australia: Dealm University Press, 1985b.
- HALLIDAY; M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.
- HYLAND, K. Persuasion and context: the pragmatics of academic metadiscourse. **The Journal of Business Communication**, v.35, n. 2, p. 224-245, 1998.
- ÍNDIOS: as falsas vítimas. **Veja**, São Paulo, p. 84-87, mar. 2006. Economia e Negócios, ano 39, n. 12, 29 mar. 2006.
- JAMESON, D.A. Telling the investment story: a narrative analysis of shareholder reports. **Journal of Business Communication**, v.37, n.7, 7-38, 2000.
- MILNE, M. J.; Positive accounting theory, political costs and social disclosure analyses: a critical look. **Critical Perspectives on Accounting**, v.13, n. 3, p. 369-395, 2002.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Brasília, 2005.
- SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. Securities Act Release No. 6711 (April 17, 1987), Concept Release on Management's Discussion and Analysis of Financial Condition and Results of Operations, 52 FR 13715, 1987.
- SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION [Release Nos. 33-8056; 34-45321; FR-61] Commission Statement about Management's Discussion and Analysis of Financial Condition and Results of Operations, 2002.
- STANTON, P.; STANTON, J. Corporate annual reports: research perspectives used. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v.15, n. 4, p. 478-500, 2002.
- STAW, B. M.; MCKECHNIE, P. I; PUFFER, S. M. The justification of organizational performance. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, 582-600, 1983.

TSANG, E. W. K. Self-serving attributions in corporate annual reports: a replicated study. **Journal of Management Studies**, v. 39, n. 1, p. 51-65, 2002.

THOMAS, J. Discourse in the marketplace: the making of meaning in annual reports. **The Journal of Business Communication**, v. 34, p.47-66, 1997.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, v. 53, n. 1, p. 112-134, 1978.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1986.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-56, 1990.